RESOLUÇÃO Nº 19.269

(Processo nº TC/516803/2021)

Dispõe sobre a gestão do conteúdo dos Portais Internet, Transparência e Intranet do Tribunal de Contas do Estado do Pará, institui o Comitê Gestor dos Portais (CGP) e dá outras providências.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando os Portais Internet, Transparência e Intranet serem canais essenciais para a divulgação e comunicação com o público externo e interno;

Considerando a necessidade de manter atualizados os conteúdos dos Portais Internet, Transparência e Intranet, zelando pela imagem institucional desta Corte de Contas;

Considerando a necessidade de estabelecer regras para publicação de novos conteúdos nesses ambientes;

Considerando a necessidade de disciplinar as responsabilidades pela manutenção e atualização dos conteúdos dos Portais Internet, Transparência e Intranet;

Considerando ainda, a manifestação da Presidência, constante da Ata nº.5.770, desta data;

RESOLVE, unanimemente:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor dos Portais (CGP) do TCE-PA, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, de caráter permanente, com a finalidade de coordenar as atividades relacionadas à atualização dos Portais Internet, Transparência e Intranet, doravante denominados simplesmente de Portais, bem como auxiliar e orientar as unidades quanto aos aspectos pertinentes aos conteúdos a serem publicados.

Art. 2º Para fins do disposto nesta resolução, entende-se:

I- Portal Internet: conjunto de páginas web abrangendo todo o conteúdo disponibilizado no site institucional para o público externo (jurisdicionados e sociedades em geral), bem como os hotspots desenvolvidos para divulgação de temas específicos;

II- Portal da Transparência: conjunto de páginas web com o objetivo de disponibilizar de forma ativa para a sociedade informações visando atender as normas vigentes relativas à transparência da gestão pública;

III- Portal Intranet: conjunto de páginas web exclusivamente de interesse do público interno e acesso restrito aos conselheiros, conselheiros substitutos, servidores do TCE-PA e demais pessoas previamente autorizadas;

IV- arquitetura da informação: conteúdos organizados em um portal com informações estruturadas e relacionadas por meio de links que permitem a navegação entre as páginas, priorizando aspectos de usabilidade, importância e coerência para o usuário; e

V- identidade visual: conjunto de elementos que representam visualmente o TCE-PA e os produtos de comunicação dele decorrentes.

Art. 3º Compete ao Comitê Gestor dos Portais (CGP):

I- gerenciar o conteúdo dos Portais, assegurando a permanente atualização das informações constantes nos mesmos;

II- estabelecer um Manual de Procedimentos para Padronização dos Portais visando definir os critérios para publicação, a coerência e a adequação dos conteúdos a fim de manter a arquitetura da informação em conformidade com a taxonomia definida;

III- estabelecer um Manual de Identidade Visual dos Portais visando a orientação, harmonização e padronização dos aspectos relacionados ao design dos portais, definindo diretrizes para banners eletrônicos, logomarcas, gráficos, imagens, símbolos, cores e demais elementos visuais, estéticos e gráficos;

IV- avaliar se o conteúdo e o material gráfico, produzido de forma descentralizada, está em conformidade com o estabelecido nos manuais;

V- analisar a natureza, a fidelidade, a integridade e a viabilidade dos conteúdos a serem publicados, bem como decidir sobre a pertinência e prioridade destes conteúdos;

VI- identificar a localização adequada para a inserção de conteúdo, garantindo a estrutura de navegação definida na arquitetura de informação para esses Portais;

VII- indicar unidades responsáveis pela gestão e atualização de conteúdo, demandando a estas o compromisso da permanente atualização das informações, inclusive estabelecendo prazos para atualização de forma tempestiva e o encaminhamento de conteúdo quando solicitado, bem como sugerir procedimentos e rotinas a serem adotados pelas unidades para o mesmo propósito;

VIII- deliberar em qual Portal determinado conteúdo deverá ser publicado, bem como o tempo de permanência dos conteúdos em destaques ou de natureza temporária; e

IX- desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

Art. 4º Integram o CGP:

I- um representante da Presidência;

II- um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação;

III- um representante da Ouvidoria;

IV- um representante da Secretaria de Controle Interno; e

V- um representante da Assessoria de Comunicação e Relações Públicas.

§ 1º Cada membro titular deve ter um suplente;

§ 2º Os dirigentes das unidades que compõem o CGP são responsáveis por indicar os membros titulares e suplentes;

§ 3º O CGP é coordenado pelo representante titular da Presidência, na ausência deste assumirá o seu suplente e na sua ausência o representante da Setin;

§ 4º Ato da Presidência designará os membros titulares e suplentes.

Art. 5º As reuniões do CGP serão convocadas pelo coordenador, de ofício, ou a pedido de qualquer membro.

§ 1º Em função da matéria a ser tratada, o coordenador do CGP poderá convocar representantes de outras unidades para participar como colaborador de reuniões do comitê;

§ 2º O quórum para deliberação do CGP é de (03) três membros, e as decisões por maioria simples;

§ 3º As pautas e as atas das reuniões serão publicadas no portal Intranet do TCE-PA.

Art. 6º Compete ao coordenador do CGP:

I- representar e coordenar o CGP;

II- elaborar a pauta e convocar as reuniões;

III- convocar servidores para participarem das reuniões como colaboradores; e

IV- submeter propostas do CGP à Presidência.

Art. 7º Compete à Secretaria de Controle Interno (Secin) examinar de forma contínua a necessidade de atualização, revisão e correção das informações disponíveis e promover a fiscalização da execução efetiva das mesmas.

Art. 8º Compete a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) o apoio ao que se refere aos aspectos técnicos da área de TI.

Art. 9º A competência do CGP restringe-se à manutenção dos Portais desenvolvidos e publicados, não cabendo qualquer alteração que modifique a arquitetura da informação e/ou a identidade visual dos mesmos.

Art. 10. Para o desenvolvimento de projetos de novos portais, bem como alterações na arquitetura da informação e/ou identidade visual dos portais publicados, deve ser instituído grupo de trabalho específico com a participação das unidades do TCE-PA relacionadas ao tema.

Art. 11. Os casos omissos serão dirimidos pelo CGP.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária Virtual de 19 de maio de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 19.270

(Processo nº TC/005227/2021)

Dispõe sobre a autorização plenária para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o que dispõe o art. 12, inciso II, alínea "b" do RITCE;

Considerando o parecer nº 217/2021 da Procuradoria deste Tribunal de Contas do Estado do Pará, manifestando-se favorável à celebração;

Considerando ainda, a manifestação da Presidência, constante da Ata nº. 5.770, desta data;

RESOLVE, unanimemente:

Art. 1º Fica autorizada a Presidência a celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), visando à troca de conhecimentos técnicos, o compartilhamento de custos relacionados às ações de capacitação de servidores que sejam de comum interesse, o compartilhamento de aspectos logísticos (prédios e outros que se fizerem necessários), mediante a manifestação de intenção e o efetivo registro em processos administrativos a serem tramitados no âmbito de cada órgão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária Virtual de 19 de maio de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 19.271

(Processo nº 51748-2/2019)

Arquivamento e Baixa. Autuação indevida. Destaque Orçamentário.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando as manifestações da Secretaria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas;

Considerando o despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, no qual acompanha as manifestações constantes dos autos e determina o arquivamento e baixa do processo, tendo em vista a autuação indevida, autorizando o desentranhamento e devolução da documentação ao remetente;

Considerando ainda, a manifestação da Presidência, constante da Ata nº. 5.770, desta data;

RESOLVE, unanimemente:

Art. 1º Fica autorizado o arquivamento e baixa dos sistemas do Processo nº 51748-2/2021, tendo em vista a autuação indevida, com o desentranhamento e devolução da documentação ao remetente, tendo em vista tratar-se de mero destaque orçamentário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária Virtual de 19 de maio de 2021.

ATO Nº 83

Altera o Regulamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ato nº 74/2016).

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, parágrafo único, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Lei Complementar Estadual nº 81, de 26 de abril de 2012);

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO a recomendação constante no Relatório do Grupo de Trabalho constituído pelas Portarias nº 36.302, de 8/10/2020, e nº 36.403, de 18/11/2020, ambas da Presidência do TCE-PA, que aponta a necessidade de indicação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito deste Tribunal em atendimento ao art. 41 da LGPD;

CONSIDERANDO a manifestação da Presidência constante da Ata nº 5.770, desta data,